



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/PF/TO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 08297.003011/2023-70

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O presente documento visa levantar os elementos essenciais e analisar a viabilidade, bem como apontar a solução que melhor atende às necessidades da Superintendência da Polícia Federal no Tocantins e suas unidades, apresentada por intermédio do Documento de Formalização da Demanda nº 30682379 , de acordo com as diretrizes traçadas no artigo 24, da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP e demais normas aplicáveis.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo do presente processo é a Elaboração de projeto Básico e Executivo de construção de edificação que abrigará a sede da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS.

2.2. A área é composta por 2 terrenos. As doações de ambos os terrenos foram concluídas e estão formalizadas nos processos 08297.003827/2018-36 e 08297.005647/2018-99.

2.3. Ainda, a demanda foi submetida à análise da SR, tendo sido recebido sugestão de aprovação e prosseguimento no Despacho SR/PF 30975267 e aprovado no Despacho SELOG/PF/TO 31037700.

2.4. A necessidade da contratação encontra-se formalizada no Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 30682379) e Plano de Necessidades (36616474).

2.5. A contratação abrange os projetos executivos necessários para a construção do prédio da Superintendência de Polícia Federal, ou seja, os projetos executivos são os objetos necessários que antecedem a contratação da obra, e servem como diretrizes detalhadas das etapas da obra.

2.6. A obra contará com estrutura adequada elaborada especificamente para as necessidades da Polícia Federal no Tocantins, conforme exposto e solicitado no Plano de Necessidades (36616474).

2.7. A elaboração dos projetos executivos conta com projetos em diferentes áreas e diferentes especialidades, tais como engenharia elétrica (instalações elétricas, SPDA, subestação, grupo moto-gerador, automação, cabeamento estruturado), engenharia civil (fundação, estrutural, hidrosanitário, topografia e terraplenagem), engenharia mecânica(exaustão e climatização), arquitetura dentre outras necessidades específicas, tais como avaliações ambientais e estudo de segurança orgânica.

2.8. Elaborar projetos que envolvam de maneira dinâmica todas as disciplinas e de maneira compatibilizada, demanda um corpo de especialistas que a Superintendência da Polícia Federal no Tocantins não possui, uma vez que o quadro disponível de engenheiros com atribuições nas atividades de engenharia e obras conta com três engenheiros civis, atualmente responsáveis pela elaboração e fiscalização de processos relacionados a obras e serviços de engenharia, conforme PORTARIA SR/PF/TO Nº 083, DE 30 DE JULHO DE 2024, logo, a Polícia Federal no Tocantins não possui o efetivo necessário para a elaboração dos projetos executivos em questão.

2.9. Contratar uma empresa especializada em projetos executivos assegura que cada aspecto específico seja tratado com a devida competência, gerando maior precisão nos detalhes técnicos, minimizando erros e encontrando soluções mais eficientes.

3. DA LEGISLAÇÃO

Id	Tipo	Descrição

1	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	Artigo 23, Inciso I.
2	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional
3	<u>LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021</u>	Lei de Licitações e Contratos Administrativos

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. A contratação dos serviços tem por objetivo:
- 4.1.1. A Elaboração de projeto Básico e Executivo de construção de edificação que abrigará a sede da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

- 5.1. Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do projeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.
- 5.2. Essa característica de unicidade dos projetos lhes confere um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os projetos geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.
- 5.3. Os projetos para construção, reforma ou ampliação de um empreendimento geralmente são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.
- 5.4. O gerenciamento de um projeto de grande porte é complexo, dificultando a compreensão de todas as ações que precisam ser tomadas, para planejar e executar com sucesso o projeto. Para se ter um perfeito entendimento do significado de cada parte e da forma como ela se encaixa no cenário do projeto, torna-se necessária a divisão do projeto em partes. Este procedimento possibilita um melhor entendimento das diversas partes do projeto, seus pacotes de trabalho, seus fluxos lógicos de atividades, bem como das fases que ele percorrerá em sua evolução, crescimento e declínio (Cleland, 1994).
- 5.5. Com base nisso vale destacar algumas modalidades de contrato de contrato, conforme exposto a seguir:
- 5.6. **Design-Bid-Build (DBB)**
- 5.6.1. De acordo com Beck (2002), nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o start-up e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação.
- 5.6.2. O benefício maior dos contratos DBB é que o projeto começa a partir de um relatório de viabilidade, um levantamento de custo (orçamento) e projeto básico; segue-se o projeto executivo, onde ficam definidos os custos e benefícios do projeto.
- 5.6.3. É o caso típico das obras licitadas pelos órgãos governamentais, tanto federal, estaduais ou municipais, conforme Lei 14.133, cujo vencedor é aquele de menor preço.
- 5.6.4. As preocupações destes contratos são várias, podendo citar o tempo de implantação do empreendimento, a qualificação por menor preço, pois pode comprometer a qualidade e, devido o menor custo, há prejuízo no uso de novas tecnologias nos projetos.
- 5.7. **Design-Build (DB)**
- 5.7.2. Nesta modalidade, são contratados o projeto e a sua construção. Ele pode ser dividido em dois tipos, sendo que no primeiro tipo o contratante se baseia na experiência e qualificação do contratado, enquanto que no segundo tipo, se baseia na combinação de qualificação e preço. Cabe ao contratado agregar uma empresa de construção e outra projetista, formando um conjunto único, porém, o contrato será somente com o DB.
- 5.7.3. Cabe ao proprietário do empreendimento definir o projeto básico, ficando para o contratado o desenvolvimento do projeto executivo e a construção.
- 5.7.4. Normalmente o critério de pagamento é por preço global, garantido por seguro de risco e fiança bancária. O dono do empreendimento pode utilizar uma equipe pequena para fiscalizar o andamento da obra e aprovar os pagamentos. Os benefícios da modalidade DB é que a responsabilidade perante o contratante é de apenas um agente, o que reduz em muito disputas e reivindicações.

5.7.5. Além disso, face o projeto e a construção estar sob o mesmo gerenciamento, reduz atritos e quase sempre resulta em economia de tempo, reduzindo o cronograma, resultando em ganho para o contratante e bônus para o contratado. As preocupações maiores são, além da qualidade, a questão do seguro garantia, pois há riscos tanto do contratante como do contratado. Há a necessidade de obtenção de licenças para implantação do empreendimento, sendo esta uma responsabilidade do contratado. Uma alternativa para esta preocupação é o contratante trazer para si esta responsabilidade. Outra desvantagem é sacrificar o projeto em função da redução de custos.

5.7.6. **Engineer-at-Risk (EAR)**

5.7.7. A modalidade EAR é uma variação da modalidade DB. Neste caso, o risco é quase que totalmente assumido pelo contratante. Estruturalmente, o contrato tipo EAR é semelhante ao DB e a sua contratação é resultado de uma combinação de qualificações, onde o preço apresentado é de total responsabilidade (riscos) do contratante. Cabe ao proprietário definir os critérios do projeto, antes de contratar o EAR. As condições comerciais estipulam programas de garantias globais por parte do contratante EAR.

5.7.8. As vantagens dos contratos EAR é que os projetos têm definidos, com antecedência - projeto básico, os critérios básicos do empreendimento. Outra vantagem é que esse tipo de contrato oferece os benefícios de um contrato tipo DB, associado ao fato de assumir os riscos do negócio.

5.8. **Design-Build-Operate (DBO)**

5.8.2. Neste caso, o proprietário contrata o projeto, a construção e a operação. Cabe ao contratado a responsabilidade total sobre o projeto, construção, comissionamento, testes de aceitação e operação do empreendimento no longo prazo.

5.8.3. O contrato tipo DBO é tipicamente baseado na liberação dos recursos financeiros pelo proprietário ao contratado, que se responsabiliza por todas as etapas da obra. Geralmente cabe a um dos participantes do consórcio, honrar financeiramente as garantias do empreendimento.

5.8.4. A garantia de desempenho é um contrato entre o proprietário do empreendimento e o fiador do projeto, normalmente um dos consorciados. Vários são os benefícios do DBO, iniciando pelo fato de ser ter um único responsável pelo projeto, construção e operação. Por ser um único responsável, este pode atuar reduzindo custos e prazos; há permissão ou liberação da projetista e do construtor na busca de novas tecnologias; possibilidade de desenvolvimento paralelo do projeto e construção, com isto reduzindo os prazos e maior facilidade de obter com antecedência o custo real do projeto.

5.8.5. As preocupações em relação a essa modalidade podem ser assim resumidas: (i) o proprietário do projeto perde o controle dos detalhes da construção, dos prazos e do planejamento da operação; (ii) as propostas, pela sua complexidade, apresentam valores elevados, quer dizer, altos custos; e (iii) o proprietário permanece longe do que está ocorrendo no dia-a-dia da operação do projeto.

5.9. **Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT)**

5.9.2. Nesta modalidade, ao vencer uma licitação, a empresa projeta, constrói, opera e vende ao agente um certo produto, por uma tarifa e prazo definidos. Nos projetos do tipo BOOT, os contratados são geralmente pré-qualificados e a seleção final é feita pelo preço e ou tarifa oferecida.

5.9.3. O modelo BOOT é semelhante ao DBO, sendo que as principais diferenças são que no BOOT o vendedor financia o projeto, baseado no mecanismo “take-or-pay”, ou seja, se paga pelo contrato, tenha ou não utilizado todo o produto contratado. É um pacote de risco. O maior benefício é que os riscos ficam com o vendedor do BOOT.

5.9.4. As preocupações com contratos desta modalidade incluem a redução da fiscalização do proprietário nos detalhes do empreendimento, os altos custos das propostas podem limitar o número de participantes e, finalizando, exigências de padrões elevados de operação e manutenção, visando proteger ao máximo a vida útil do empreendimento.

5.10. **Engineering, Procurement, Construction (EPC)**

5.10.2. Para a execução de um empreendimento o cliente idealizador do projeto geralmente realiza a contratação de uma ou mais empresas que irão planejar, projetar e executar as tarefas necessárias para conclusão do projeto. No mercado são aplicadas várias modalidades de contratação, diferindo entre si principalmente pelo risco que cada uma das partes assume (contratante e contratada).

5.10.3. Há um somatório de informações quando nos referimos a um projeto tendo como modalidade de contratação Engineering, Procurement, Construction (EPC). Na prática, ao se referir a essa modalidade de contrato, significa informar que a área de aplicação ou de negócios é a área de engenharia e construção e que o contratado tem a responsabilidade de entregar ao contratante o produto (objeto do contrato ou projeto) pronto para ser utilizado, ou seja, entregar “a chave na mão (turnkey)” do contratante que, por sua vez, terá que pagar ao contratado um montante já previamente definido (preço fixo ou preço global).

5.10.4. Segundo Wade (2005), para a Fédération International e des Ingénieurs Conseils (FIDIC) que define e publica padrões para contratos do setor de engenharia e construção, os projetos regidos por contratos EPC Turnkey têm as seguintes características:

- a responsabilidade pelo design fica somente com a contratada;
- o contratante prove os requisitos segundo os quais a contratada projeta;
- a contratada realiza todo processo de Engineering, Procurement, Construction (EPC)), provendo as instalações plenamente equipadas e prontas para operação (turnkey);

- o contrato é do tipo preço global

5.10.10. Para eles, o projeto de construção segundo um contrato EPC é apenas uma parte de um complicado empreendimento comercial, no qual a duração e o custo são elementos críticos para os financiadores. Portanto, erros (financeiros, dentre outros riscos) podem impactar o resultado esperado. Por outro lado, a contratada ao assumir a responsabilidade por uma ampla gama de riscos demandará a contrapartida equivalente e que pode impactar a própria viabilidade do projeto.

5.10.11. Segundo Fontoura (2006), além da abrangência EPC “completa”, definida pelo FIDIC, a abrangência do objeto dos contratos na construção pesada pode variar. A título de ilustração, citam-se duas situações:

- apenas a parte de “construção” é contratada: nesse caso o contrato contemplaria simplesmente a parte de construção civil e de montagem de componentes eletromecânicos. Os serviços de elaboração do projeto básico e/ou executivo e serviços correlatos, tais como sondagens, ensaios e testes de laboratório, assim como o fornecimento dos componentes eletromecânicos, ficariam sob a responsabilidade da contratante;
- as partes de “engenharia” e “construção” (também chamadas de “Design and Build - DB”) são contratadas: nesse caso, além dos serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, da construção civil e da montagem eletromecânica, a parte contratada também seria responsável pelo anteprojeto de engenharia. O fornecimento dos componentes ficaria sob a responsabilidade da parte contratante.

5.11. Pelo exposto e devido ao fato em questão, a modalidade que melhor se enquadra no objeto desta licitação é DESIGN-BUILD, uma vez que a contratada possui uma visão definida do objeto a ser alcançado bem como os itens e quantidades previamente estabelecidos.

5.12. Foram definidos os parâmetros de construção, detalhamentos gerais, delimitação de serviços, levantamento de itens, planilhas orçamentárias, projetos iniciais e executivos. Logo, cabe a contratada a elaboração dos projetos arquitetônico, fundação e estrutural com base nos projetos previamente estabelecidos no Anexo VI - PROJETO INICIAL e a construção do objeto conforme projetos iniciais e projetos elaborados.

5.13. O início da construção ocorrerá de maneira concomitante com a elaboração dos projetos, uma vez que os projetos iniciais apresentam detalhamento suficiente para execução de maior parcela do objeto.

5.14. Desse modo, em relação aos aspectos técnicos de engenharia, salvo melhor juízo dos aspectos de legalidade e contratações, entende-se que a característica finalística do procedimento de licitação, selecionar a proposta mais vantajosa ao interesse público, será atingida através da contratação em tela.

5.16. **Sendo necessário a análise jurídica conforme a possibilidade de realização deste trâmite, além da aprovação do Ordenador de Despesas.**

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução apontada pelo presente estudo visa selecionar pessoa jurídica na área de Engenharia e Arquitetura capaz de fazer a Elaboração de projeto Básico e Executivo de construção de edificação que abrigará a sede da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS.

6.2. Ao longo da elaboração dos projetos e recebimentos das etapas, poderão ser agendadas até 10 (dez) reuniões presenciais, marcadas com antecedência mínima de 1 (um) mês, com data definida pela administração.

6.3. A empresa que vencer o processo licitatório deverá, com a técnica adequada, e com todos os insumos, mão de obra e equipamentos necessários, executar os serviços de elaboração de todos os projetos necessários para construção da nova Superintendência de Polícia Federal no Tocantins, em Palmas/TO, a contar:

6.3.1. Sondagem e Percussão com Ensaio de SPT;

6.3.2. Levantamento Topográfico e Cadastral;

6.3.3. Projeto de Arquitetura:

6.3.3.1. Estudo Preliminar (EPR);

6.3.3.2. Projeto de Arquitetura Executivo (ARQ);

6.3.3.3. Projeto de Arquitetura Layout

6.3.3.4. Projeto de Sinalização (SI);

6.3.4. Projeto Civil:

6.3.4.1. Projeto Anti - incêndio com Hidrantes e Extintores (HXT);

- 6.3.4.2. Projeto Anti - incêndio com Extintores (EXT);
- 6.3.4.3. Projeto Anti - incêndio incluso Sprinklers (SPR);
- 6.3.4.4. Projeto Hidrossanitário e/ou de Águas Pluviais (HIA);
- 6.3.4.5. Projeto de aproveitamento de Águas Pluviais (APL);
- 6.3.4.6. Projeto Estrutural para Muro de Arrimo (EMA);
- 6.3.4.7. Projeto de Fundação e Terraplanagem (FUD);
- 6.3.4.8. Projeto estrutural de concreto armado (ECA);
- 6.3.4.9. Projeto Estrutural em Aço ou Madeira (EAM);
- 6.3.4.10. Projeto de Impermeabilização (IMP);
- 6.3.5. Projetos de Instalações Elétricas:
 - 6.3.5.1. Projeto de Entrada de energia (EEN);
 - 6.3.5.2. Projeto de SPDA (SPD);
 - 6.3.5.3. Projeto Luminotécnico (LMT);
 - 6.3.5.4. Projeto de Elétrica de Energia de Rede Comum (ERC);
 - 6.3.5.5. Projeto de Elétrica de Energia Estabilizada (EEE);
 - 6.3.5.6. Projeto de Instalação Elétrica - Rede Ininterrupta (GMG);
 - 6.3.5.7. Projeto de Cabeamento Estruturado - Rede Logica (CAE);
 - 6.3.5.8. Projeto de Segurança - Alarme (ALM);
 - 6.3.5.9. Projeto de Segurança - CFTV (CFT);
 - 6.3.5.10. Projeto de Segurança - Controle de Acesso (CTA);
 - 6.3.5.11. Projeto de Entrada de Telecomunicações (TLC);
 - 6.3.5.12. Projeto de Automação e Inteligência Predial (AIP);
 - 6.3.5.13. Projeto de Automação - Subsistema ar condicionado (AAC);
 - 6.3.5.14. Projeto de Automação - Subsistema energia elétrica (AEE);
 - 6.3.5.15. Projeto de Sonorização de Ambiente
- 6.3.6. Projeto Mecânica:
 - 6.3.6.1. Projeto de Ventilação – com rede de dutos e acessórios (VCD);
 - 6.3.6.2. Projeto com Mini-split - unitário de até 5TR (MNS);
 - 6.3.6.3. Projeto de Central de Água Gelada com uso de Chillers;
- 6.3.7. Orçamento:
 - 6.3.7.1. Orçamento Detalhado por Itens (ODT);
 - 6.3.7.2. Coordenação e compatibilização de projetos (COO).

6.4. Os projetos e orçamentos devem ter suas informações e detalhamentos concatenados e apresentados em Memorial Descritivo.

6.5. As especificações técnicas e demais informações serão o tratadas no Termo de Referência.

6.6. Os serviços de engenharia como sondagem e levantamento topográfico devem ser realizados antes da elaboração dos projetos de fundação.

6.7. O sistema de refrigeração será preferivelmente por chiller central.

- 6.8. Cabe a contratada apresentar melhor custo benefício e soluções relacionadas ao projetos e disciplinas, tais como fundações, superestrutura, cobertura, instalações elétricas, rede de lógica, impermeabilização, automação predial, sistemas de ventilação e refrigeração, etc.
- 6.9. O anexo do Estande de Tiro deve se atentar a todas as especificidades necessárias, tais como aparadores, sistema de exaustão, depósitos e paiol.
- 6.10. O projeto e seus anexos deverão ser suficientes para a construção da obra, que deverá ser contratada posterior a entrega definitiva dos projetos,
- 6.11. A contratação do serviço será através de Pregão regida pelo Artigo 06º Inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 01 abril de 2021, pela Instrução Normativa SLTI/MP n.º 05, de 26 de maio de 2017 e demais legislação aplicável.
- 6.12. Os projetos deverão atender às normas vigentes e considerar a realidade da construção civil atual e futura, uma vez que a obra terá início preferencialmente logo após a entrega dos projetos, mas pode contar com atrasos relacionados a complicações na contratação ou indisponibilidade financeira.
- 6.13. O risco de atraso na entrega dos projetos ou na contratação da obra da Superintendência não inviabiliza a contratação, uma vez que a obra em questão prevê atender o crescimento do efetivo da Polícia Federal no Tocantins em ao menos 30 anos, conforme Tabela 1 do Plano de Necessidades (36616474).
- 6.14. Trata-se de um investimento a longo prazo, que trará benefícios contínuos, e atrasos pontuais ou problemas na contratação não inviabilizam sua contratação, mas devem ser tratados com planejamento de mitigação de riscos e contingências.
- 6.15. Possíveis modificações futuras no escopo do projeto e obra, advindas de melhores opções de mercado, diretrizes da Polícia Federal ou ainda influências externos tais como mudanças climáticas, ambientais, sociais ou financeiras, serão tratadas pontualmente, procurando as soluções mais eficientes.

7. **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

- 7.1. As quantidades estão definidas no Anexo XII - Cronograma Físico Financeiro, Anexo XIII - Planilha Orçamentária e Anexo XIV - Planilha Orçamentária Analítica.
- 7.2. Quadro de áreas:

Descrição	Área (m²)
Estacionamento A	125,00
Estacionamento B	2.004,46
Pátio de Veículos	4.909,81
Prédio - Auditório e Laboratório	914,56
Prédio - Subsolo	1.877,27
Prédio - Térreo	1.166,61
Prédio - Pav 1	965,06
Prédio - Pav 2 Tipo	1.008,84
Prédio - Pav 3, 4 e 5 Repetição	3.026,52
Canil	145,05
Centro de treinamento	1.959,66
Guarita	169,69
Painel de Capim Dourado (vertical)	211,92

8. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 8.1. A estimativa de quantitativo e valores foi obtida mediante tabela SINAPI e Planilha de Referência da Caixa Econômica Federal e, quando não previsto nessa referência, com levantamento de preços do mercado através de cotações e outras bases de preços como ORSE e COMPESA, conforme planilha orçamentária e relatório de cotações, perfazendo o montante de R\$ 869.788,30 (oitocentos e sessenta e nove mil setecentos e oitenta e oito reais e trinta centavos).

9. **JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

- 9.1. Em regra, conforme art. 47, II, da Lei nº 14.133/21 as licitações de serviços atenderão aos princípios o parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
- 9.2. A atribuição dos serviços em um só processo visa ter eficiência no resultado, uma vez que os projetos se inter-relacionam.
- 9.3. Além de facilitar a compatibilização dos projetos, o não parcelamento auxilia o controle e gestão do projeto, evita problemas de continuidade entre diferentes disciplinas, e provê celeridade e conformidade entre os itens.

10. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

- 10.1. O objeto contratado trata de projetos necessários para a construção do prédio da Superintendência de Polícia Federal no Tocantins.

11. **ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

- 11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 sob o código TO-2024-344.

12. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

- 12.1. As edificações que abrigam repartições públicas como quaisquer outras, precisa ser pensadas para atender as necessidades, bem como ter uma manutenção e conservação de baixo custo;
- 12.2. A contratação do objeto desta licitação pretende gerar os seguintes resultados em relação aos projetos:
 - 12.2.1. Economia na elaboração dos projetos considerando que não haverá necessidade alocação de servidores para esta finalidade;
 - 12.2.2. Elaboração de soluções de projetos modernos, econômicos e atualizado com as tecnologias atuais de mercado levando em consideração que os profissionais que atuam no mercado de trabalho estão mais atualizados que a maioria dos servidores que estão trabalhando fora da área de construção civil.
 - 12.2.3. O contrato a ser firmado visa a atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Tocantins.
- 12.3. Com relação a construção de uma nova edificação para a Superintendência de Polícia Federal no Tocantins, os resultados pretendidos são os seguintes:
 - 12.3.1. Construção totalmente adequada as normas de Acessibilidade e do Corpo de Bombeiros;
 - 12.3.2. Melhoria na produtividade dos servidores tendo em vista uma estrutura que tenha os mínimos padrões de conforto e qualidade necessários;
 - 12.3.3. Melhoria dos serviços oferecidos ao público (passaporte, estrangeiros, etc.) com espaços adequados e em conformidade com as exigências legais.
 - 12.3.4. Espaço adequado para estacionamento de viaturas de modo a resguardar o patrimônio e sigilo no caso de viaturas veladas;
 - 12.3.5. Oferecer uma estrutura completa com local apropriado para treinamento dos policiais;
 - 12.3.6. Possibilitar a economia de energia com a utilização de equipamentos modernos que consomem menos energia além de geração fotovoltaica;
 - 12.3.7. As edificações que abrigam repartições públicas como quaisquer outras, precisam ser pensadas para atender as necessidades, bem como ter uma manutenção e conservação de baixo custo;
 - 12.3.8. Atender a padrões construtivos modernos e eficientes;
 - 12.3.9. Resguardar seu terreno de possíveis invasores e do descarte irregular de entulhos;
 - 12.3.10. Satisfazer os quesitos de segurança fundamentais a Polícia Federal.
- 12.4. Existe farta legislação a respeito desse tipo de contratação, com decisões do Tribunal de Contas da União e manifestações da Consultoria Jurídica, embasando novas contratações nessa modalidade, de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a aplicação dos programas de governo;
- 12.5. O contrato a ser firmado visa atender às necessidades futuras do órgão no que se refere à disponibilidade do terreno sem interferências para a execução da edificação no ano de 2024, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Tocantins.
- 12.6. Desta feita, parece claro que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo, financeiro e legal, a solução apontada neste documento.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Composição de equipe para fiscalização e gestão contratual, após a finalização da licitação.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

14.1. A resolução CONAMA 001/6 define impacto ambiental como sendo: “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetem a saúde, a segurança e o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, e a qualidade dos recursos ambientais”.

14.2. Em relação à elaboração de projetos, trata-se da criação de conteúdo intelectual feito com o uso de computadores e que não envolve o consumo, criação ou alteração de nenhum tipo de elemento. Logo, no que tange à elaboração de projetos, não há que se falar em impactos ambientais.

14.3. Em relação a execução de sondagem, trata-se de serviço comum de engenharia civil amplamente utilizado como serviço preliminar de investigação do solo e deve ser tratado no contexto de possíveis impactos ambientais como etapa de obra de engenharia.

14.4. As empresas deverão atender, em especial, as normas de sustentabilidade previstas na Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10936/2022 e pela Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, além de outras específicas ao serviço prestado.

14.5. É necessário que a empresa contratada, ao executar os serviços, se atente às seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

- a) use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adote medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.
- c) observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) realize a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 2022.
- g) respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- h) preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.
- i) para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022).

14.6. A empresa contratada deverá adotar as seguintes providências:

- a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.
 - a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.
- b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros)

d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.7. A comprovação dos itens de sustentabilidade dar-se-á através de comprovação de Notas Fiscais, Cartilhas Técnicas ou aferição *in loco* dos itens aplicados.

15. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para a manutenção do terreno da Polícia Federal. Isso possibilitará a construção de uma nova sede, e assim um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.

16. **IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Responsável pela Demanda	REGINALDO DONIZETTI GALLAN BATISTA
Membro Equipe de Planejamento da Contratação	HENRIQUE BATISTA MORBECK
	ANDRÉ RIBEIRO DE ALMEIDA
Integrante Administrativo	VITOR GABRIEL GONÇALVES DA SILVA

(Assinado Eletronicamente)

VITOR GABRIEL GONÇALVES DA SILVA
Agente de Policial Federal
GESCON/SELOG/SR/PF/TO

(Assinado Eletronicamente)

HENRIQUE BATISTA MORBECK
Agente de Policial Federal
GTED/SR/PF/TO

(Assinado Eletronicamente)

ANDRÉ RIBEIRO DE ALMEIDA
Perito Criminal Federal
GTED/SR/PF/TO

DESPACHO ORDENADOR DE DESPESAS

1. **Estou ciente e aprovo o presente Estudos Técnicos Preliminares**

(Assinado Eletronicamente)
REGINALDO DONIZETTI GALLAN BATISTA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Federal no Tocantins



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE BATISTA MORBECK, Agente de Polícia Federal**, em 23/08/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VITOR GABRIEL GONCALVES DA SILVA, Gestor de Contrato**, em 26/08/2024, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **REGINALDO DONIZETTI GALLAN BATISTA, Superintendente Regional**, em 26/08/2024, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=36576204&crc=2C84AE3E.
Código verificador: **36576204** e Código CRC: **2C84AE3E**.